

ENSINANDO E APRENDENDO COM DEFICIENTE VISUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rosilene Gomes Flôr

Universidade Federal da Paraíba / roflor08@gmail.com

RESUMO

Este trabalho consiste em um relato de experiência acerca de um projeto desenvolvido em 2015 e tem como objetivo conhecer práticas de inclusão exitosas, refletindo sobre a disparidade existente entre o discurso da inclusão contido nas leis e normas que regem a inclusão de crianças deficientes na sala de aula regular e a verdadeira realidade vivenciada por professores e alunos envolvidos na educação e inclusão destas crianças. O trabalho foi realizado junto a uma turma de primeiro ano das séries iniciais do ensino fundamental, a qual era formada por vinte e uma crianças videntes e uma deficiente visual. Foram desenvolvidas sequências didáticas durante um mês, abordando questões relacionadas à diversidade e cultura onde, através da vivência de brincadeiras africanas e indígenas, a turma teve a oportunidade de conhecer e aperfeiçoar questões ligadas à identidade, aos valores e respeito ao outro, contribuindo para a inclusão de um deficiente visual. Para a realização deste estudo foi utilizado o método da Observação Participante, permitindo observar e constatar que apesar das lacunas existentes no âmbito dos recursos didáticos e na formação docente para o efetivo processo inclusivo, há profissionais e instituições de ensino comprometidas com a qualidade educacional e com a inclusão. Contudo, isto não isenta o poder público de efetivar as políticas direcionadas ao processo inclusivo na escola regular, devendo inclusive oferecer cursos de formação continuada para tal fim através do estabelecimento de parcerias com universidades.

Palavras chave: Inclusão, Deficiência visual, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há uma gama de leis, decretos, portarias e resoluções que regem a inclusão de crianças deficientes na sala de aula regular. A escola inclusiva deve promover uma educação também inclusiva, constituindo um desafio para o professor que exerce a docência no atual contexto da educação brasileira.

Os docentes são cada vez mais afetados por uma profusão de exigências expressas nos objetivos educacionais próprios de sua função, como também nas reformas, propostas e programas implementados pelo Ministério da Educação (MEC), pelos estados e municípios. Neste quadro complexo que envolve o exercício docente, destaca-se o desafio de promover a inclusão de crianças deficientes na sala de aula regular, respeitando as individualidades e a diversidade. Desempenhar tal competência provoca uma tensão no trabalho pedagógico, visto que muitos profissionais da educação não tiveram a oportunidade de se capacitar para este processo em sua formação inicial, ou mesmo em cursos de formação continuada.

A propósito disso, Caiado (2006, p. 7) afirma que “o descaso na qualificação do docente é acompanhado de ausência de recursos necessários à complementação educacional do deficiente e de uma equipe de profissionais que propicie acompanhamento psicológico e pedagógico especializado.” Dessa forma, não basta que apenas o docente se qualifique para promover a inclusão, toda comunidade escolar deve se aperfeiçoar e ainda a escola precisa ter em seu quadro, profissionais como psicólogo e assistente social, para dar apoio às crianças e suas famílias.

Questões relacionadas à inclusão escolar estão presentes na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), no Plano Nacional de Educação (PNE, 2011), entre outros documentos oficiais, os quais denotam a amplitude deste processo e a disparidade com a realidade das escolas que garantem a matrícula e a permanência de crianças deficientes. Neste contexto, cabe aqui observar que muitas destas escolas recebem estas crianças sem dispor sequer de material didático adequado para atender as necessidades específicas delas, dificultando o trabalho do professor e, por conseguinte, a inclusão.

Enfrentar uma situação dessas não é tarefa fácil, mas a capacitação ocorre também com a prática. Assim, este artigo tem o intuito de conhecer a experiência pedagógica inclusiva

envolvendo um deficiente visual matriculado numa escola da rede municipal de Campina Grande-PB, sendo que tal escola não dispunha de recursos materiais próprios para deficiente visual, nem os recebeu ao longo do ano, e ainda a professora desconhecia o Sistema Braille.

A iniciativa de relatar esta experiência procede do conhecimento acerca da responsabilidade da escola promover a inclusão de forma efetiva, mostrando que é possível firmar parcerias, superar obstáculos e desenvolver aulas de forma simples, dinâmica e criativa envolvendo todas as crianças no processo pedagógico.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste estudo foi realizada uma pesquisa de cunho descritiva, pois esta pesquisa possibilita descrever características de fenômenos e faz uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como a observação. Mais especificamente, trata-se de uma pesquisa-ação participativa, caracterizada pela intenção do pesquisador reverter seu trabalho para fortalecer as práticas sociais e os direitos humanos. Além disso, a pesquisa-ação “supõe uma forma de ação planejada no âmbito social, educacional e político” (BRENNAND; MEDEIROS; FIGUEIREDO, p. 73 e 73, 2012).

Tal pesquisa foi aplicada junto a uma turma de primeiro ano das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino de Campina Grande-PB, formada por vinte e uma crianças videntes e uma deficiente visual.

Os dados foram obtidos através da técnica da observação participante, a qual permite que o pesquisador acompanhe *in loco* o cotidiano e as experiências do grupo investigado, possibilitando, por conseguinte, produzir o trabalho.

Cabe aqui ainda observar que o aporte teórico sobre o objeto de estudo foi construído a partir de consultas a artigos acadêmicos (virtuais e impressos), livros e publicações relacionadas à inclusão na escola regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar sua trajetória como professora alfabetizadora, a docente destaca a complexa tarefa de alfabetizar uma criança deficiente visual. A escola não dispunha de cuidador para esta criança, a qual será chamada neste trabalho pelo nome fictício de André, nem de recursos didáticos apropriados para atender as necessidades específicas dele. Além disso, ela desconhecia o sistema Braille. Assim, sentiu-se desafiada e consciente da sua

responsabilidade, estabeleceu parcerias com a professora da sala de Atendimento Educacional Especial (AEE), com a mãe de André e com o Instituto dos Cegos. E assim, a capacitação foi acontecendo e foram desenvolvidas ações exitosas de inclusão, alfabetização e letramento, dentre as quais vale destacar o projeto trabalhado envolvendo cultura e diversidade.

No intuito de aproximar o ensino a diversidade cultural, desenvolveu-se durante um mês sequências didáticas abordando questões relacionadas aos valores, identidade e respeito ao outro, explorando também conceitos de direitos e deveres a partir da vivência de brincadeiras de origem africana. Com isso, buscou-se garantir direitos de aprendizagem relacionados às áreas de linguagem, história e arte, proporcionando às crianças situações nas quais elas puderam participar de interações orais em sala de aula; Coletar, organizar, classificar, ordenar e construir representações próprias para a comunicação de dados coletados e produzir textos de diferentes gêneros. Além disso, ampliou-se o vocabulário das crianças a partir de atividades lúdicas envolvendo o estudo de palavras afro-brasileiras.

A princípio, apresentou-se palavras abordando a temática afro-brasileira, as quais foram exploradas no sentido de expandir os conhecimentos e o vocabulário da turma. As crianças pesquisaram em casa nomes de brincadeiras antigas e identificou-se, na sala, as brincadeiras de origem africana que poderiam ser vivenciadas. A princípio, realizou-se a leitura de texto instrucional sobre a brincadeira Batata quente. Em outro momento a turma vivenciou esta brincadeira cantada (Figura 1) e produziu texto visual representando-a. Vale ressaltar que André (deficiente visual) produziu seu texto visual com massinha de modelar (Figura 2).



Figura 1: Crianças vivenciando a brincadeira Batata quente.



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 2: André representando com massinha a brincadeira Batata quente.

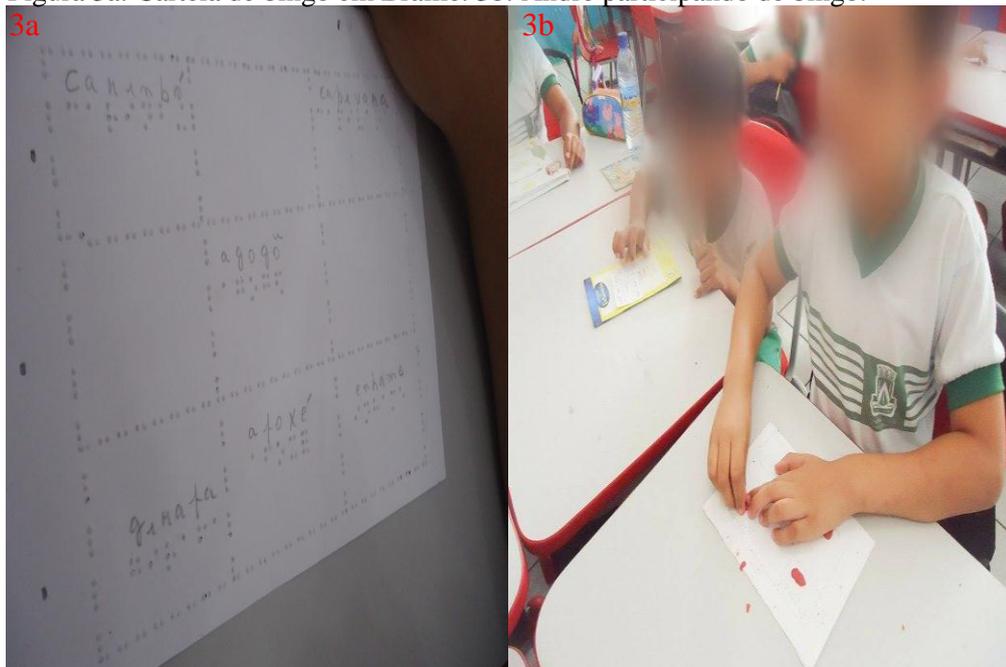


Fonte: Arquivo da autora.

Dando continuidade ao projeto, as crianças, em duplas, participaram de um bingo de palavras de origem afro-brasileira. André, deficiente visual, participou desta atividade marcando sua cartela com massinha de modelar, como mostra a Figura 3 abaixo.



Figura 3a: Cartela de bingo em Braille. 3b: André participando de bingo.



Fonte: Arquivo da autora.

A sequência teve continuidade com a brincadeira cantada Escravos de Jó. A turma conheceu a partir da leitura deleite de texto instrumental o modo com se brinca e canta esta brincadeira afro-brasileira, para em seguida, vivenciá-la. Conforme mostra a Figura 4, André participa da brincadeira junto com os colegas videntes da turma. Em duplas, as crianças brincam utilizando quengas de coco em vez de pedrinhas – que é mais comum – pelo fato do primeiro objeto fazer mais barulho, facilitando André identificar o momento de trocar o objeto com sua dupla.



Figura 4: André vivenciando a brincadeira Escravos de Jó junto com crianças videntes.



Fonte: Arquivo da autora.

Como a brincadeira Escravos de Jó é conhecida pela música, trabalhou-se com texto fatiado. A Figura 5 mostra André realizando leitura da letra da música trabalhada, escrita em Braille pela professora da sala de AEE. Neste período ele estava no nível alfabético, sendo capaz de realizar a atividade com autonomia, alcançando os objetivos almejados.

Figura 5: André organizando o texto fatiado.



Fonte: Arquivo da autora.

Outra brincadeira vivenciada pela turma foi a de Pular elástico. A Figura 6 mostra André vivenciando a brincadeira junto com seus colegas na área livre da escola, a qual atende aos requisitos de acessibilidade espacial, permitindo que crianças deficientes como André possam se locomover com autonomia em todo espaço físico da instituição.

Segundo Silva (2011, p. 335) a mais recente modificação na norma que regulamenta os aspectos de acessibilidade se deu 2004. O termo acessibilidade está diretamente relacionado ao acesso aos espaços sociais, como rua, escola, transporte público, teatro, entre outros, por pessoas deficientes, ou qualquer outra pessoa que possua características físicas ou psicológicas que não se encaixam no padrão considerado NORMAL pela sociedade.

Figura 6: André brincando de Pular elástico.



Fonte: Arquivo da autora.

Por fim, a turma construiu de forma coletiva, tendo a professora como escriba, um gráfico de barras apresentando a brincadeira de origem afro-brasileira preferida (Figura 7). O gráfico representado numa folha de papel 40kg continha palavras e numerais em tinta e em Braille. Já as setas, os traços e as barras eram contornados com cola quente para dar o efeito de alto relevo e assim, permitir que André realizasse a leitura do mesmo (Figura 8).

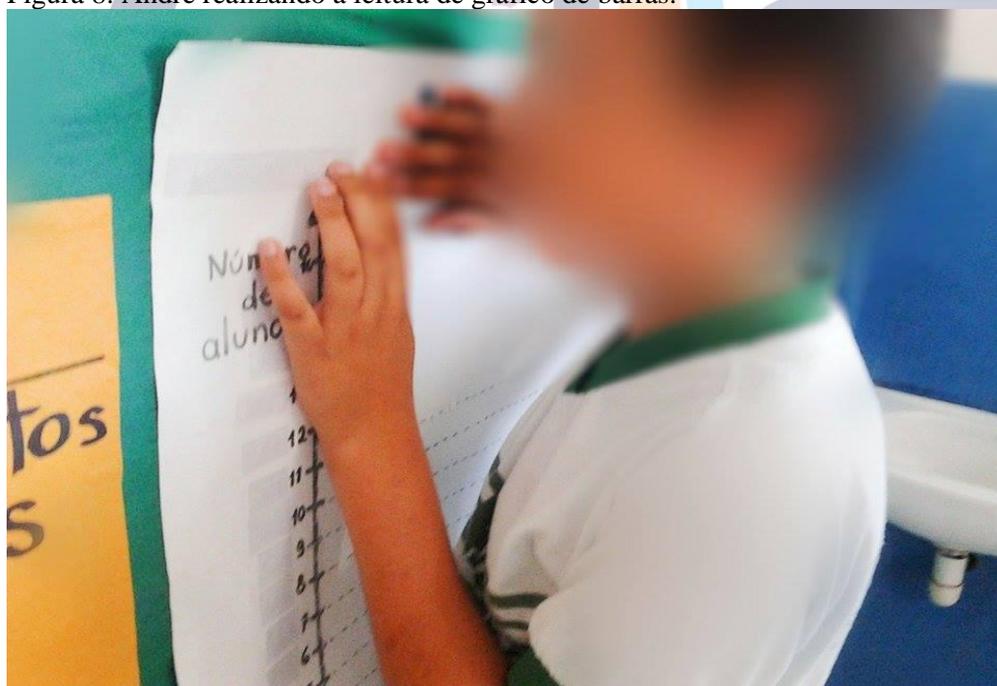


Figura 7: Gráfico de barras com apresentação visual em tinta e em Braille.



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 8: André realizando a leitura de gráfico de barras.



Fonte: Arquivo da autora.

As atividades desenvolvidas contribuíram para o processo de aquisição e consolidação das habilidades relacionadas ao uso do sistema de escrita alfabética para ler e escrever, para a

alfabetização matemática e, especialmente para a inclusão de André, que participou com entusiasmo de todas as atividades propostas.

Vale ressaltar que ao planejar as atividades para esta turma não apenas durante este projeto, mas ao longo do ano letivo, aprendeu-se que não era necessário planejar uma aula específica para André, ou mesmo deixar de aplicar alguma atividade, como pintura e desenho, por causa dele. Sempre foi mostrado a André e à turma que ele era capaz de realizar as mesmas atividades, o diferencial estava no encaminhamento das atividades e nos recursos didáticos utilizados, tornando as aulas mais dinâmicas e sensoriais.

Cabe aqui ainda observar que durante todo o ano letivo a escola não recebeu nenhum material pedagógico e lúdico adaptado a deficiência em destaque. Além do mais, a professora não teve acesso à formação continuada, sendo todo o processo pedagógico e inclusivo resultado de esforço pessoal da docente. Isto denota a realidade de muitas escolas e professoras que diferente do que é mencionado nos documentos oficiais, citados anteriormente, acerca do processo da inclusão escolar, não recebem apoio efetivo, nem são alvos de ações pontuais voltadas ao processo de inclusão, chegando a adquirir materiais didáticos com recursos próprios.

CONCLUSÃO

Não existe uma regra única, uma receita para promover a verdadeira inclusão. O segredo consiste em estabelecer parcerias, no compromisso da escola e do professor, no estímulo ao aluno, no trabalho com a autoestima e no respeito à criança em suas habilidades, potencialidades e limites, sendo fundamental a mediação junto ao aluno e a formação de grupos produtivos na sala de aula, onde crianças com níveis de aprendizagem diferentes se apoiam e trocam experiências. É nesta integração que a criança tem a oportunidade de desenvolver o que Vygotsky conceitua como zona de desenvolvimento proximal, onde a criança recebe a assistência de outra mais adiantada, digamos assim, para posteriormente ser capaz de realizar essa mesma atividade com autonomia.

O processo de inclusão da criança deficiente na escola regular não se restringe apenas a garantia e permanência dela na sala de aula. Consiste, pois, em uma ação complexa que envolve todos os profissionais da educação, exigindo novas posturas, novos conhecimentos, práticas pautadas na reflexão diária, na cooperação e no respeito ao outro em suas diversidades e particularidades. Dessa forma, fica mais fácil abrir portas para a aprendizagem,

utilizando técnicas e recursos apropriados e significativos. A diferença está no modo como as dificuldades são observadas e trabalhadas, respeitando o ser humano por trás dos rótulos, observando o que ele tem de melhor e dando importância ao que realmente fará a diferença na vida de cada criança: o conhecimento.

Portanto, o compromisso é essencial na educação para que seja possível abrir horizontes, trilhar novos caminhos para estas crianças que detêm habilidades e potencialidades específicas, as quais devem ser respeitadas e consideradas no trabalho pedagógico a fim de promover a aprendizagem de todos os alunos. Espera-se que este trabalho desperte a atenção da comunidade acadêmica para desenvolver outras pesquisas acerca desta temática, a fim de tornar público conhecimentos e informações ainda desconhecidos e orientar melhor o trabalho pedagógico voltado para a inclusão.

REFERÊNCIAS

< inclusaoja.com.br/legislacao/ >. Acesso em: 15/08/2016.

BRENNAND, Eládio José de Góes; MEDEIROS, José Washington de Moraes; FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. **Metodologia Científica na Educação a Distância**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CAIADO, Kátia, Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, PUC, 2006.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Educação Inclusiva: já se falou muito sobre ela?** Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2015/08/2-Ed-Foco-edicao-especial-PNAIC-scorte.pdf> >. Acesso em: 21/08/2016.

SILVA, Glorismar Gomes da. Ambiente escolar acessível a todas as crianças com base no princípio da inclusão. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; ROSSI, Sílvio José (orgs.). **Trilhas do Aprendente: pedagogia a distância**. V. 8. Nº: 1. João pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. (p. 333-342).

